

A otimização do passado e a idealização da mudança social em Gilberto Freyre*

Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Relacionar a concepção de mudança social de Gilberto Freyre nas décadas de 70 e 80 com aquela desenvolvida em algumas de suas obras clássicas da década de 30 e 40 é o objetivo principal deste artigo. Demonstrar-se-á em que sentido persiste a construção de um ideário conservador acerca de nossas (im)possibilidades de modificações sociais. Isto revelará como este intérprete do Brasil prossegue concebendo o Brasil como um país livre de qualquer ação conflituosa intransponível.

Palavras-chaves: mudança, psicossociocultural, democracia, cultura, identidade, organização social.

Abstract

Relating Gilberto Freyre's conception of social change in the 70's and 80's to the one he developed in some of his classic works in the 30's and 40's is the principal objective of this paper. It is going to demonstrate in what sense the construction of a conservative set of political, social and economic ideas about our (im)possibilities of social changes persists, showing how this interpreter continues to conceive Brazil as a country free from any insurmountable conflicting action.

Keywords: psychosocial and cultural change, democracy, culture, identity, social organization.

* The optimization of the past and the idealization of social change by Gilberto Freyre.

Introdução

A otimização do passado seria, segundo Melo, um dos elementos mais importantes para se compreender o norte da perspectiva conservadora de Freyre. “Como percebe o leitor de Gilberto, o tratamento que ele deu ao passado brasileiro, como no caso da sua avaliação da herança portuguesa, foi do tipo otimista. Otimismo, aliás, incomum em conservadores. Politicamente, embora não socialmente, ele foi um conservador (...). Direi até mais, que o democratismo de Gilberto no social, como na sua análise da miscigenação, é a outra face do seu conservadorismo político” (MELO, 1998, p.9).

O ideário de mudança social construído por Freyre tem, também, os seus pés fincados em uma concepção idealizada do passado que perpassou toda a sua reflexão e se constituiu, indubitavelmente, um modo de idealizar o presente e o próprio futuro. Em uma entrevista a *Gilberto Velho*, publicada em *Ciência hoje*, de 1985, ele se dizia descontente com os rumos tomados pelo país, durante os últimos governos militares, mas que ficava absolutamente descansado porque os “conflitos de classe não têm uma conotação tão forte, ou intransponível. São transponíveis. Sem querer exagerar no otimismo, não sou tão preocupado com tais conflitos. Serão saudáveis. Ocorrerão para uma espécie de saúde de uma grande nação, que vai tornar-se cada vez maior” (FREYRE, 1985, p.87).

As bases desta perspectiva de um devir não fundado na radicalização se assentavam na idéia de existência de uma miscigenação bloqueadora de ações conflituosas e no equilíbrio de antagonismos, teses desenvolvidas, por ele, desde a obra *Casa grande & senzala*, publicada em 1933, e que continuava a ser o norte de sua concepção de mudança social, praticamente, 50 anos depois. “Agora estamos diante de um teste como nunca houve no Brasil. Há uma grande crise ética, um desprezo ostensivo pelas éticas e o povo brasileiro estão escandalizando. Há conflitos inter-regionais. Embora não deseje fazer o jogo marxista sectário, há conflitos de classe” (FREYRE, 1985, p.87).

Estes elementos ajudam a pinçar o fio condutor de sua concepção de modificações sociais desenvolvida a partir de uma interpretação do padrão de organização e de cultura que se firmou em termos de equilíbrio de antagonismos (FREYRE, 1967). Ele é, indiscutivelmente, o principal pensador brasileiro dentro desta perspectiva, daí a im-

portância de suas reflexões para elucidar o processo de construção de um ideário conservador acerca das modificações sociais e políticas ocorridas no Brasil.¹

Escolher em Freyre um caminho que torne possível a compreensão de sua concepção de mudança social não é, por certo, uma tarefa fácil. Quanto mais se conhece a sua obra, mais se experimenta uma sensação dúbia de conforto, no sentido de que tudo parece facilmente compreensível, aceito ou refutável, e de mal-estar que nos questiona até que ponto o que ele nos apresenta, com uma arte de poucos escritores, revela ou esconde, de fato, o Brasil.

A construção de seus livros mais importantes, tais como *Sobrados e mocambos*, *Ordem e progresso*, *Nordeste e Interpretação do Brasil*, está centrada no problema da mudança social, o qual foi um dos temas centrais de suas reflexões, à medida em que todos os outros (identidade, domínio, organização, cultura, etc.) desembocavam nele sem sombra de dúvidas.

Não é possível no âmbito de um artigo, somente dar conta da análise de todas as obras de Freyre citadas no parágrafo anterior. Neste procurar-se-ão os pontos de continuidade entre as suas posições mais recentes e as mais antigas, no que diz respeito especificamente à questão da mudança social. Esclarece-se, no entanto, que serão analisadas suas obras e entrevistas das décadas de 70 e 80 e os livros *Casa grande & senzala* e *Interpretação do Brasil*, principalmente.

As obras *Casa grande & senzala* e *Interpretação do Brasil*: fontes de compreensão da concepção de mudança social em Freyre

As considerações sobre alguns elementos centrais das duas obras em epígrafe visam trazer à tona subsídios para a compreensão das análises de Freyre sobre os anos 70 e 80. Parte-se do pressuposto, portanto, que todas as suas discussões mais recentes reiteram, contundentemente, as conclusões de suas obras principais. Não analisaremos, neste momento, todas elas, apenas duas: *Casa grande & senzala* e *Interpretação do Brasil*.

¹ Freyre elabora em *Casa grande & senzala* uma representação positiva da cultura brasileira. No processo de constituição dessa representação, destaca a ação favorável do sistema patriarcal de dominação, ao qual atribui a habilidade de equilibrar antagonismos". (VILLAS BÓAS, 1988, p.346).

Martins, em *História da inteligência brasileira*, afirma que a família (BASTOS, 1986 e 1986a) é pensada por Freyre como o centro de nossa formação, “desenvolvimento e transformação da sociedade” (MARTINS, 1978, p.5). Desta maneira, a sua concepção de mudança social em *Casa grande e senzala* estava permeada pelo seu modo de conceber as estruturas familiares, a pessoalidade, os hábitos e os costumes que eram responsáveis não somente por uma dada identidade nacional como também por uma relação de domínio.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes (FREYRE, 1994, p.19).

A formação social brasileira e todos os seus desdobramentos posteriores estiveram permeados pela organização social familiar que acumulou diversas “funções sociais e econômicas. Inclusive (...) a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou” (FREYRE, 1994, p.23). No entanto, estes dois encontravam limites no caráter ponderador da família rural que acabou tendo um papel definidor de nossa unidade nacional.

Tanto em *Casa Grande & Senzala* quanto em *Interpretação do Brasil*, a miscigenação, além da família, é tomada como um dado-chave de todo processo de modificação social ocorrido no país, tendo em vista que esta “corrigia os efeitos aristocratizantes que a monocultura latifundiária e escravocrata tendia a provocar”. No entanto, as mudanças não ocorriam tranquilamente, pois “havia uma tensão latente entre essa aristocratização e os efeitos da miscigenação” (REZENDE, 1996, p.19).

E, por que esta última, juntamente com o patriarcalismo, tem que ser tomada, em Freyre, como um dado central da problemática da mu-

dança? Por ser o cimento de nossa identidade nacional, toda democratização social que vigorou, segundo ele, na sociedade brasileira, somente foi possível por que a miscigenação sedimentou uma forma de organização social, conforme ficou demonstrado no livro *Nordeste*.

Se a mestiçagem amenizava uma organização social aristocrática,² o patriarcalismo, enquanto uma forma de domínio, sedimentou no país, segundo Freyre, um caráter conciliador de interesses, diferenças, contrastes e antagonismos. No interior de um padrão de organização³ estes dois elementos teriam atuado como forma de garantir “um processo de transição sem rupturas” (REZENDE, 1996; FREYRE, 1961; FREYRE, 1962).

De que modo, no entanto, a miscigenação e o patriarcalismo conseguiram tal feito? Tanto a primeira quanto o segundo teriam sido responsáveis por “uma sociedade democrática na sua estrutura” (FREYRE, 1962, p.298). Tem-se aí a constituição de bases para as modificações ocorridas na sociedade brasileira. O patriarcalismo, por exemplo, se desagregou tendo no mulato uma força social, um agente de intermediação e de equilíbrio de antagonismos.

Há um padrão cultural permissivo que teria amaciado a forma de domínio patriarcal, daí a sua definição de aristocracia democrática que possibilitou sempre a conciliação de ordens diferentes (aristocrática e democrática) e não a sua destruição. As transições, no Brasil, ter-se-iam dadas desta forma e não de outra. Os costumes, desde a nossa formação, eram rigidamente democráticos, o que amainava todos os métodos políticos autoritários.

Em *Interpretação do Brasil*, Freyre argumentava que a neutralização entre as principais forças sociais foi um dos principais elementos de mudanças sociais que aqui ocorreram. A combinação de ordens distintas no plano do padrão de organização e de domínio fazia com que não houvesse um enfrentamento aberto por parte dos diversos agentes da

² A valorização da miscigenação estava atravessada, em Freyre, pela idéia de que, no Brasil, tínhamos desfrutado de uma cultura africana de elite. “A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite.” (FREYRE, 1994, p.300).

³ “Gilberto Freyre trabalha o padrão cultural e o padrão de organização ao mesmo tempo, mas sem confundi-los. A miscigenação é pensada a partir de padrões distintos de organização: o aristocrático e o democrático. A organização social aristocrática permite uma certa relação de miscigenação, mas não uma miscigenação generalizada. No plano da cultura há maior permissividade. No entanto, a cultura não penetra em toda organização social.” (REZENDE, 1996, p.23).

sociedade. Para exemplificar, basta dizer que, para ele, os senhores de engenho, enquanto força política de peso, neutralizava o poder político da monarquia e vice-versa.

Os resultados deste processo foram sempre no sentido de não se banirem métodos políticos distintos da cena política. As transições deram-se, então, a partir da inserção de novos líderes dentro de uma mesma forma de tomar decisões. Os padrões de domínio não sofreram golpes de extinção, mas ajudaram sempre a sedimentar modos de agir e de pensar a própria mudança social em andamento.

Os fundamentos que possibilitam operar de maneira extremada estas combinações, em todos os âmbitos da vida social estariam, para Freyre, na nossa origem portuguesa centrada, também anteriormente à nossa colonização, na dualidade de cultura e de raça, portanto na plasticidade e na adaptabilidade do português (FREYRE, 1947, p.45 e seg.), o que teria sido altamente benéfico para a operação de combinações entre contrastes e diferenças. A nossa singularidade estaria fundada no fato de que os lusitanos “não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, (...) nem divergências religiosas. (...) O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça” (FREYRE, 1994, p.29).

Freyre não desenvolve sua reflexão a partir de um esvaziamento do caráter sádico e masoquista das relações entre senhores e escravos, por exemplo, que contaminaram toda esfera social e política.⁴ A questão não estava centrada na existência de harmonias ou homogeneizações, mas sim no modo de conciliar as diferenças, os antagonismos. A dualidade culturalmente impregnada em nosso modo de ser brasileiro teria contribuído para que todas as transições tivessem “sentidos sociais (...) democráticos, flexíveis e plásticos” (FREYRE, 1994, p.52).

O ideário de transição desenvolvido, por ele, não pode ser extraído somente de suas reflexões acerca do padrão de domínio, tendo em vista que este último assentava-se em um padrão de organização fundado em um feixe de antagonismos étnicos e culturais. As modificações eram sempre pensadas, então, em termos de fatores psicossocioculturais, o que torna a sua reflexão convergente para diversas multiplicidades.

⁴ As relações sadistas e masoquistas não deviam ser pensadas como atitudes pautadas em raça, clima e ou atitudes pessoais, pois “exprimiou-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho.” (FREYRE, 1994, p.379).

A combinação de fatores social e culturalmente diversos advindas de um processo de raciamento extremamente complexo, o que teria possibilitado a que o povo brasileiro, uma civilização singular, fosse capaz de suportar contradições e harmonizá-las. Daí a importância da diversidade de nossos costumes, tradições e variações culturais (MONTENEGRO, 1947, p.31) para pensar as transições, as quais vinham se assentando na tolerância e na conciliação das diferenças.

Todas as pressuposições de Freyre acerca da mudança social, em *Interpretação do Brasil*, têm como lastro o amalgamento de raças e a democratização social, os quais fundaram um caráter nacional híbrido.

Este tipo de democracia foi um produto direto da vida dos Bandeirantes nas fronteiras e um resultado indireto do sistema aristocrático de plantação, pela forma em que ele veio favorecer o livre desenvolvimento da miscigenação à sombra das casas-grandes e dos engenhos e, depois, das cidades da região açucareira (FREYRE, 1947, p.98).

O que significava, então, a democracia social para Freyre? Para ele os sistemas de plantação e monárquico não impuseram “rígidas gradações sociais; e sempre foi possível o homem de excepcional talento, por inferior que fosse sua origem social, erguer-se às mais altas posições no sistema monárquico e aristocrático brasileiro” (FREYRE, 1947, p.115). Estes dados eram indicadores de que havia sedimentado no país tanto a democracia social quanto a igualdade política.⁵ Aquela primeira se fundava, então na possibilidade de ascensão social que os indivíduos de qualquer raça, cor, cultura e religião possuíam (FREYRE, 1947, p.190).

O nosso estado de vida pré-democrático foi fundado com o regime monárquico e aristocrático, pois estes teriam cristalizado valores culturais e humanos que se tornaram a marca singularizadora do país.⁶ A tradição sócio-política brasileira tendia a repudiar qualquer mudança que

⁵ Destaque-se a diferença entre Freyre e Vianna que enfatizava a organização aristocrática como detentora, como clã parental, de todo privilégio da vida política (VIANNA, 1982, p.513).

⁶ Segundo Vianna o regime fundado no senhor de engenho “era nitidamente autoritário; e de modo algum, democrático na sua organização. (...) Daí nunca ter ele podido ser uma escola, de educação democrática. (...) O nosso povo-massa esteve sempre — seja legalmente, seja praticamente — ausente durante todo o curso da nossa história política e administrativa: isto é, durante cerca de 400 anos” (VIANNA, 1982, p.550).

não se ajustasse a essa condição. Todas as tendências ditatoriais do final da década de 30 eram inovações de influências fascistas que contrariavam a nossa formação rural e monárquica (FREYRE, 1947, p.115).

Fundava-se assim um ideário segundo o qual as mudanças sociais no Brasil sempre se tinham operado e deveriam continuar sendo, tendo como base uma doçura superior cristalizada na cultura brasileira, a partir das relações entre brancos e negros, aristocratas e humildes, proprietários e não-proprietários, poderosos e não-poderosos.⁷ A recusa do enfrentamento torna-se a chave mestra deste sistema de idéias e valores.

Unidade e diversidade na teoria da mudança social em Freyre

A partir de uma discussão sobre nação e região, no capítulo III de *Interpretação do Brasil*, Freyre apresenta uma reflexão sobre a década de 40. Sua preocupação ia no sentido de que todas as mudanças que fossem operadas no país, naquele momento, deveriam levar em consideração os localismos. Nenhuma proposta de alteração em qualquer âmbito da vida poderia deixar de refletir sobre o regional, nacional e o supranacional (FREYRE, 1968).

Sua crítica era endereçada especialmente aos americanos e aos europeus que pensavam de forma imperialista. Numa espécie de contra-colonização ele defendia o regionalismo como uma tendência sadia na vida brasileira e como “uma forma de luta contra o perigo da monotonia cultural no continente americano. Este perigo provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano é bom para outros povos da América” (FREYRE, 1947, p.145).

A nossa modernização e industrialização tinham que reafirmar as singularidades de nossa civilização em termos de “fenômenos sociais, pessoais e de cultura” (FREYRE, 1957, p.503). O consumo deveria ser incentivado em termos condizentes com a realidade brasileira, mas o imperialismo buscava difundir a idéia de que só seríamos civilizados se

⁷ Freyre construía uma interpretação do Brasil que refutava a de Vianna, senão vejamos: “O princípio ou força de agregação era a autoridade do senhor de engenho - o que equivale dizer que o clã eleitoral não tinha nenhuma origem democrática, não provinha da vontade do povo; derivava, sim, da propriedade da terra - do direito feudal da sesmaria ou do latifúndio” (VIANNA, 1982, p.513).

desenvolvessemos o mesmo padrão de gosto e de necessidade dele. As mudanças neste sentido serviam apenas para nos ridicularizar.

A estandardização cosmopolita tinha que ser combatida, segundo Freyre, pois ela visava a tornar os povos apenas imitadores sob uma verdadeira “opressão econômica e cultural” (FREYRE, 1947, p.148). As tendências imperialistas tendiam a reduzir o Brasil a uma condição de colônia cultural e isto era uma aberração, pois o que tínhamos de verdadeiramente a nosso favor, em qualquer processo de mudança, era a singularidade de nossa civilização constituída durante os 400 anos passados.

As modificações pelas quais passava o país, em meados do século XX, tinham como desafio a combinação da “diversidade sub-regional com unidade nacional e esta com a continental ou a étnico-cultural” (FREYRE, 1947, p.149). Os regionalismos não podiam sucumbir diante de todas as ameaças internas e externas.⁸ Pois eles eram uma espécie de garantia de manutenção, mesmo com a industrialização, a urbanização e a modernização, de nossa intensa complexidade cultural.

No diálogo entre esses dois espíritos, — o da regionalidade e o da universalidade, Gilberto Freyre procura menos manter o equilíbrio do que associá-los para os integrar numa cultura cujas raízes se embebam no regionalismo, mas de que o espírito universal desabroche, como uma flor, na haste fina do pensamento. É assim que sentimos, em nós mesmos, o laborioso desabrochar dessa flor antiga e rara.⁹ Se ele não abriu, acentuou e alargou, porém, na linha região-tradição, esses

⁸ Bastos afirma que Freyre tenta distinguir o seu nacionalismo “daquele colocado pela Semana de Arte Moderna. Seu nacionalismo é tradicional e regionalista; o dos paulistas é cosmopolita. (...) Obviamente, ao levantarmos esta oposição, retornamos ao problema dos dois projetos - o industrial e o agrário -, que deverão alcançar unidade política, mas que nesse momento se contrapõem. A obra de Freyre será elemento fundamental para essa aproximação. Em outros termos, a partir da questão regionalista, repõe-se a questão nacional” (BASTOS, 1986, p.64).

⁹ As argumentações de Freyre, em uma análise minuciosa sobre o regionalismo, devem ser analisadas tendo em vista que havia um grande debate sobre a problemática regional versus a nacional que ganhou corpo a partir dos anos 10. No bojo desta discussão estava a questão do nacionalismo que tanto significou a defesa da industrialização como forma de romper com a dependência estrangeira quanto à defesa de uma sociedade que tivesse suas relações econômicas, políticas e culturais fundadas no campo. Alberto Torres pode ser citado como exemplo deste último tipo de nacionalismo (LUZ, 1975; SILVA, 1997).

sulcos por onde rola, na cultura do país, a corrente do romantismo que atravessa em profundidade a política e a literatura (AZEVEDO, 1962, p.196).

Além da crítica ao imperialismo, Freyre estava se opondo, também, ao governo de Getúlio Vargas que, segundo ele, visava suprimir autoritariamente toda diversidade regional em favor de uma absurda centralização e unificação política, o que poderia ser tomado como exemplo de uma pernicioso mudança. Pois no Brasil a vida local tinha sido desde o Império criadora e contrária aos abusos centralistas. “O Império brasileiro, como disse, assinalou-se pela centralização, que foi um dos seus defeitos. Mas provavelmente fazendo menos mal à diversidade cultural e regional brasileira do que o atual sistema, isto é, o ‘estadofortismo’” (FREYRE, 1947, p.158).

A combinação da unidade e da diversidade tinha sido uma preocupação da organização política brasileira antes da República, a qual passou a dar um peso excessivo para as federações, como se esta questão se resolvesse no âmbito da política somente. Cometeu-se um equívoco, pois o problema, afirmava Freyre, é social, uma vez que as mudanças no Brasil deveriam fluir no sentido de resgatar a importância das regiões “como áreas naturais e culturais, tratadas como realidades orgânicas, cada uma com as suas características, mas todas vitalmente interdependentes nos seus interesses econômicos e nas suas necessidades. (...) A diversidade será então mais criadora do que nunca; e a unidade será um problema de menos complexa significação do que agora” (FREYRE, 1947, p.161).

As mudanças no Brasil tinham que levar em conta a caracterização psico-sociológica dos indivíduos pensados regionalmente em termos de *ethos*, de atitudes e de personalidade, tendo em vista que isto expressava uma particularização regional e provincial. “Sua condição de membro de grupo primário local aparece, ainda assim, necessária para a sua saúde pessoal e social” (FREYRE, 1947, p.175).

Em 1944, ocasião em que ele fazia as conferências publicadas em *Interpretação do Brasil*, Freyre destacava que estava emergindo no país a consciência de que era necessário desenvolver as potencialidades do homem brasileiro através da educação e da democratização da propriedade da terra (FREYRE, 1947, p.271). A reversão da inexistência de uma democracia econômica ligava-se a este processo de supressão de uma pobreza descomunal.

A consecução da mudança, no entanto, era exaltada por Freyre muito mais em termos de processo social que partisse de “valores intelectuais e morais que o contato democrático entre várias raças e culturas tornou possível” (FREYRE, 1947, p.271), do que em relação à reversão das condições de miserabilidade, o que ele justificava, tendo em vista que o nosso ideal de felicidade humana não estava reduzido a comodidades materiais.

A validação da mudança no âmbito psicossociocultural: os anos 70 e 80

Em *Insurgências e ressurgências atuais: cruzamentos de sins e não num mundo em transição*, publicado em 1983, Freyre argumentava que o processo de desenvolvimento tecnológico e econômico devia ser acompanhado da reiteração de alguns valores que deveriam ser conservados. Deste modo, a modificação de atitude dos homens diante do mundo, que se alterava em diversos planos da vida social, teria que estar acompanhada de uma ratificação de atitudes morais e éticas de um determinado povo. Nenhuma mudança interessaria, de fato, se ela se constituísse à revelia dos valores sociais formadores de um país no que dizia respeito às suas singularidades.¹⁰

Tanto na entrevista a *Gilberto Velho* quanto neste último livro citado, Freyre faz uma crítica ao sistema tecnocrático de decisão instalado não somente no Brasil, mas no ocidente de modo geral. Havia, segundo ele, uma tensão entre o modo de decidir no âmbito do Estado e do governo e os valores sedimentados na população brasileira desde a sua formação (FREYRE, 1983, p.123). No regime militar, por exemplo, ele considerava que as mudanças havidas para pior estavam relacionadas diretamente ao alto grau de poder colocado nas mãos da tecnocracia. “Os militares se deram aos tecnocratas, que comprometeram os valores éticos do Brasil” (FREYRE, 1985, p.87).

Retificar as orientações tecnocráticas e econômicas que objetivavam um tipo de desenvolvimento imitativo e desconexo com os nossos impulsos culturais deveria ser o objetivo do governo brasileiro nos anos

¹⁰ É nesse sentido que Freyre “justifica a não adoção, no Brasil, de medidas sociais e políticas universais, pois as mesmas não caberiam em uma sociedade marcada pela heterogeneidade, caracterizada por uma formação não tipicamente ocidental” (BASTOS, 1998, p.56).

80.¹¹ Levar adiante correções internas desta natureza era uma forma de resgatar as especificidades de nosso padrão de organização e de cultura.¹²

Problemas, o dessas correções, que não é só do Brasil em desenvolvimento principalmente tecnocrático e principalmente econômico, esperando-se de economistas e de outros líderes, guias, orientadores, soluções que precisam ser crescentemente mais do que econômicas, para se resolverem desajustamentos em situações ou realidades nacionais (FREYRE, 1980, p.44).

As dificuldades de operar mudanças sociais no Brasil estavam, segundo ele, na ausência de homens capazes de fazer uma leitura correta da realidade brasileira em termos não-livrescos. Existiam eruditos, mas com uma enorme pobreza intuitiva que impossibilitava a compreensão das nossas singularidades sócio-culturais. Daí a importância da “re- interpretação do passado social ou psicossociocultural, projetado sobre o presente e um tanto sobre o futuro” (FREYRE, 1983, p.130).

O Brasil vinha fazendo, através de alguns pensadores, esta reinterpretação desde o início do século. No entanto, no plano das decisões econômicas e políticas os dirigentes tentavam levar a cabo algumas modificações que repudiavam os nossos traços psicossocioculturais e se filiavam a racionalismos estrangeiros.

Segundo ele, a compreensão de nosso passado levaria a uma redefinição do conceito de tempo. Ou seja, o nosso tempo de mudança não é o mesmo tempo de outros países. Pois, a referência a valores conduz, “inevitavelmente, a uma avaliação de traços de uma dada cultura que, num conjunto nacional, variam em termos de espaço e tempo e, assim diversos, completam-se, e só assim completos definem uma civilização total no seu modo de ser nacional” (FREYRE, 1983, p.152).

¹¹ Havia necessidade de tais retificações para que “sem deixar de ser uno no essencial da sua humanidade, conserve ou desenvolva formas diversas de existência e de cultura, conforme condições, sugestões ou exigências de ordem ecológica e de combinação, numa só cultura, e numa só sociedade, de heranças culturais e de etnias diversas; estas no Brasil, convergindo para um tipo metarracial de homem nacional” (FREYRE, 1975, p.42).

¹² “A miscigenação, o patriarcalismo, etc., são vistos dentro de um certo padrão de organização. A mestiçagem rompe com um padrão de organização aristocrático, o que só é possível dado a um tipo de cultura permissiva. Isto demonstra que Freyre trabalha o padrão cultural e o padrão de organização ao mesmo tempo, mas sem confundi-los” (REZENDE, 1996, p.23).

Desta maneira, “reinterpretação de passado que, intuindo um novo conceito de tempo — tempo tribio, segundo o qual passado, presente e futuro são simultânea e dinamicamente um tempo abrangente, — se tornaria uma reinterpretação mais do que de um passado: de uma experiência pré-nacional desdobrada, em tempo tribio, em experiência nacional abrangente de dias atuais e de perspectivas já em parte imaginativamente a serem vividas”¹³ (FREYRE, 1983, p.132).

Nesta obra de 1983, Freyre reitera a necessidade de estabelecer critérios para detectar, em qualquer processo de mudança social, os elementos de constâncias. Postura que reafirma os elementos centrais da obra *Ordem e progresso* na qual ele assinalava que a resistência de traços constantes não era uma inviabilização da transição nem do trabalho escravo para o trabalho livre nem da Monarquia para a República, mas sim a sua singularidade.

Esta resistência não levaria a uma:

...desagregação da ordem nacional. Uma ordem que no Brasil se revelou mais bem equilibrada que em qualquer desses outros países, graças, talvez, à simbiose que aqui se estabilizou, em dias decisivos para a formação nacional, entre a forma monárquica ou autoritária de governo — a forma, é bem de ver, e não a substância — e a organização patriarcal da família: simbiose que em vez de dificultar, favoreceu, sob vários aspectos, o desenvolvimento da população em sociedade sob vários aspectos democrática (FREYRE, 1962, p.35).

As mudanças sociais, de modo geral, e as transições políticas, de modo particular, deveriam levar em conta as constantes psicossocioculturais do povo brasileiro. No final da década de 70 e início da de 80, ele buscava enaltecer os aspectos que não estariam sendo contemplados suficientemente pelos condutores do processo de transição.

Reiterador por excelência de uma concepção de democracia social fundada na capacidade de alguns indivíduos talentosos (FREYRE, 1947, p.274-5), ele destacava

¹³ A existência de um tempo tribio está centrada na idéia de “que o passado está no presente, o presente no futuro e o futuro está no presente e no passado além de no próprio futuro” (ANDRADE, 1998, p.47).

a necessidade de, em comunidades de tendência democrática, como é a brasileira por tradição e por vocação, descobrir-se talento, inteligência superior, gênio, estejam essas aptidões onde estiverem — em qualquer sexo, idade, geração grupo étnico, grupo social, dentre os que constituem um conjunto nacional. Tarefa para educadores. Para partidos políticos que não se fechem a tais valores temendo sua presença e sua atuação. Responsabilidade de homens públicos que se deixem esclarecer ou orientar — o que não significa dirigir ou dominar — por psicólogos, antropólogos, sociólogos que aos saberes do que seja mensurável no comportamento humano juntem os compreensivos e até os empáticos (FREYRE, 1983, p.139).

Ao se referir ao governo Geisel ele afirmava que tinha buscado, através de seus ministros mais competentes como Golbery do Couto e Silva, Ney Braga e Severo Gomes, esclarecê-lo sobre a natureza da nossa vocação que “inclui o aproveitamento de supradotados” como um modo de democratização das nossas elites (FREYRE, 1980, p.15). Percebe-se que o sucesso de todo processo de transição estava, para ele, em não impedir que os indivíduos talentosos se associassem aos dirigentes, pois assim vi-nham sendo operadas a séculos as modificações sociais no Brasil.

Como já observei, sob o regime monárquico do século XIX, qualquer brasileiro, sem que importasse a sua origem, raça ou cor, podia vir a ser primeiro ministro e dirigir o país se fosse homem de talento ou personalidade excepcionais. Durante a primeira República foi coisa natural ver-se um homem como Nilo Peçanha, mulato de origem humilde, suceder, como ministro das relações exteriores, a Lauro Müller, homem louro e de olhos azuis puramente ariano (FREYRE, 1947, p.274).

A partir de argumentos desta natureza torna-se “possível compreender em *Interpretação do Brasil* sua definição de aristocracia democrática: aquela que não impedia que qualquer homem independente de raça ou cor se associasse a ela. Era a combinação de métodos política-

mente aristocráticos com maneiras e costumes democráticos. A questão básica indicada em alguns de seus textos, como por exemplo, em *Sobrados e mucambos* (...) é que a saída de uma ordem aristocrática para uma ordem democrática não implicava em destruição da primeira em favor da segunda, e sim em um processo de conciliação entre as duas” (REZENDE, 1996, p.23-4).

O âmagô de suas pressuposições em torno da transição continuava o mesmo no ano de 1979, senão vejamos a seguinte afirmação:

Sugeri ao general João Figueiredo, quando de sua visita ao Recife como candidato à Presidência da República, que incluisse no seu ministério um brasileiro afro-negro, evidentemente preto, no seu modo de ser brasileiromente moreno escuro, e de inteligência e saber notáveis, (...) e também uma mulher. Não pareceram oportunas ao ilustre brasileiro tais sugestões: de certo modo insurgências. Entretanto, dariam novo vigor ao que já se pode considerar (...) um exemplo de equilíbrio de antagonismos (FREYRE, 1983, p.241).

No governo do general João Batista Figueiredo, o Ministério da Educação e Cultura solicitou que Freyre elaborasse o primeiro volume de uma coletânea de textos sobre a realidade brasileira para professores. Ele apresentava uma síntese de suas principais obras e reafirmava que o equilíbrio de antagonismos o qual havia sido destacado em suas obras de mocidade, há quase meio século, permanecia “válido em face de uma sempre renovada expressão desse equilíbrio, com os antagonismos variando nas suas substâncias. Mas persistentes nas formas sociologicamente sociais de serem antagonismos” (FREYRE, 1980, p.29).

Há uma tendência, quando se fala em mudança, em considerar o tempo presente e o tempo futuro como superiores ao tempo passado, assinala Freyre. No caso brasileiro toda pressuposição acerca do devir, que não pretendesse ser messiânica, deveria valorizar o passado como o tempo fonte de nossas possibilidades de transição política, por exemplo. Resgatar o que há de conciliação, de equilíbrio, de acomodação e de transigência na nossa organização social era o ponto-chave de uma experiência histórica que seria validada psicossocioculturalmente.

O fundamento da concepção de transição de Freyre exposto em suas obras principais, na década de 30, e reiterado em livros e entrevistas dos anos 70 e 80, foi construído a partir da convicção de que se foi criando, no Brasil, “subjacente à estrutura fundada no princípio da autarquia, todo um mundo incoerente, mas humano, que se agita na sombra, feito de acomodações e de transigências” (AZEVEDO, 1962, p.192).

A preparação da transição política que estava ocorrendo nos dois últimos governos militares, por alguns indivíduos, com base no nosso passado¹⁴ e em todas as outras modificações já realizadas, dava a garantia de um maior controle das conseqüências imprevisíveis que são geradas por todo processo de mudança social. Os cientistas sociais deveriam auxiliar os setores dirigentes nesta tarefa de “reconhecimento precoce” do que ocorrerá se forem tomadas tais medidas e não outras.

No Brasil após 1964 foram ouvidos, segundo FREYRE, os tecnocratas como Octávio Bulhões, Roberto Campos, Delfim Netto, Simonsen, etc., mas não os humanistas. Os últimos foram relegados a um segundo plano, não somente pelos superburocratas, mas também pelos sindicatos que emergiam naquele momento.

No governo Figueiredo (1980-1985) estaria havendo, no entanto, “um despertar brasileiro de consciência para o que, dentro da realidade socialmente nacional empenhada em atender solicitações de bem-estar coletivo, precise de ser menos economicismo, menos tecnologismo, menos burocratismo” (FREYRE, 1980, p.14).

As pressuposições de Freyre em torno das modificações que deveriam ser encaminhadas pelo último presidente militar João Batista Figueiredo demonstravam que havia uma constante reiteração de suas análises realizadas entre os anos 30 e 50. Criar uma sociedade, em que se equilibrassem os antagonismos sociais e políticos, continuava sendo o principal argumento de FREYRE visando redimensionar o desenvolvimento econômico, por exemplo. Desinchar as cidades era, para ele, um modo de esvaziar as possibilidades de acirramento das lutas centradas em uma organização social que dava indicações, naquele momento, de pretender ser somente urbana.

¹⁴ “A sensibilidade às raízes telúricas, ecológicas, regionais, folclóricas, populares, da cultura, vem dando à criatividade brasileira uma expressão e um vigor de realidade ou de autenticidade, de brasilidade, que constituem, sob alguns aspectos, base de apoio a uma ‘segurança nacional’ que não se limite a ser militar ou política ou geopolítica” (FREYRE, 1980, p.16).

A busca de um progresso assentado nestes termos significava um desencontro com a nossa formação, com o nosso passado, pois, no Brasil, as mudanças de fato expressivas emergiram de nossas singularidades como povo, como civilização e não do embate entre interesses diversos e/ou de lutas na arena política.

Dentro de um sistema nacional de civilização, não é principalmente das cidades nem dos estados, nem somente dos partidos, muito menos dos burocratas centralizadores, que se deve esperar o máximo de criatividade. E sim, também - e, por vezes, principalmente - da extracidade, do extra-estado, do extrapolítico, do extra-acadêmico, do extra-burocrático. Ou seja, de espontaneidades, de rusticidades, de ruralidades (FREYRE, 1983, p.164).

As bases da operacionalidade das mudanças deveriam ser dadas pelos valores sociais impregnados na população brasileira por um tipo de formação que sedimentou uma identidade nacional e uma relação de domínio singulares (FREYRE, 1994). “A miscigenação, o patriarcalismo, etc. são vistos dentro de um certo padrão de organização. A mestiçagem rompe com um padrão de organização aristocrático, o que só é possível dado a um tipo de cultura permissiva. Isto demonstra que Freyre trabalha o padrão cultural e o padrão de organização ao mesmo tempo, mas sem confundí-los” (REZENDE, 1996, p.23).

É interessante marcar que a argumentação de Freyre no antepenúltimo parágrafo reitera integralmente, na década de 80, suas análises da realidade brasileira em termos de possibilidade de mudanças feitas nas décadas de 30 e 40. Nas obras *Casa grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Nordeste e Ordem e progresso* as reflexões sobre a decadência do patriarcalismo levava-o a desenvolver uma verdadeira teoria da transição no Brasil a partir de elementos extrapolíticos.

“A possibilidade da transição, segundo FREYRE, reside no fato de aparecerem, como forças sociais, indivíduos híbridos, isto é, por sua situação social, racial e cultural, nem senhores nem escravos. E exatamente na esfera cultural que se encontra a explicação para as transformações políticas” (BASTOS, 1986, p.165). Em *Insurgências e ressurgências*, de 1983, ele procurava alertar os condutores da transição que esta só seria

expressiva se fosse situada para além do “poder racionalmente político de decisão”. O amaciamento dos conflitos que vinham surgindo, naquele momento, somente poderia ser feito no âmbito dos valores que ordenavam a nossa cultura.

Levando ao extremo a necessidade de manutenção de uma organização social fundada em nossa cultura, FREYRE argumentava em 1980, que o analfabeto era um conservador útil desta última. Criticando o plano do Mobral de alfabetizar o máximo possível da população brasileira ele argumentava que “a cultura analfabeticamente folclórica é cultura e, como cultura, pode contribuir de modo significativo para que uma sociedade nacional se afirme contra intrusões capazes de descaracterizá-la ou de sujeitá-la a subserviências culturais — pela música estrangeira de disco, por exemplo — imperialmente estrangeiras” (FREYRE, 1980, p.19).

Ele discorria da pressuposição de que a população necessitava ser toda mobralizada para acompanhar ritmos civilizados de desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Isto não nos faria melhor seguramente. Era, para ele, muito mais vigorosa, em termos de uma civilização como a nossa, a combinação daqueles ritmos com os de espontaneidade telúrica. Ingressar no mundo moderno sem perder a identidade nacional era a maneira de o Brasil contribuir com o processo civilizatório mundial.

O entendimento da realidade brasileira, através das confluências psicossocioculturais, esclareciam a natureza de nossas mudanças sociais (FREYRE, 1980). Por isso, talvez, Freyre mostrava grande consideração pelas idéias do general Golbery do Couto e Silva que defendia o empenho do regime militar no estabelecimento de estratégias psicossociais construídas “a partir da compreensão da estrutura e da dinâmica sociais e psicológicas, as quais envolveriam o desenvolvimento de formas de atuação sobre os padrões culturais, atitudes sociais e mentalidades de todos os brasileiros” visando a criar “um corpo de atitudes coletivas favoráveis aos feitos e propósitos” daquele regime (REZENDE, 1996a).

Freyre argumentava que desde seus primeiros trabalhos ele se empenhou em definir a realidade brasileira em termos de um complexo psicossociocultural, o qual torna possível compreender o *ethos* nacional que se manifesta no cotidiano dos indivíduos e grupos.

Não se está pretendendo, de modo algum, pôr em um mesmo plano Couto e Silva e Freyre, o que seria um despropósito, pois este último possui

um papel fundamental no processo de interpretação do Brasil abrindo “um horizonte novo, obrigando todos a encarar de frente a herança africana, deslocando o eixo interpretativo da raça para a cultura, dosando com extraordinária inventividade o papel simultâneo da paisagem física, da casa, do regime alimentar, das relações domésticas, do sistema econômico, das formas de mando, do sadismo social” (CÂNDIDO, 1993, p.82).

O passado e o presente na perspectiva de mudança social de Freyre

A esfera sócio-cultural era pensada como a unidade básica de gestão, desenvolvimento e controle da mudança segundo Freyre. Suas reflexões acerca do passado e do presente visavam sempre buscar garantias de que a modernização, a industrialização, o imperialismo e a urbanização não subvertessem a ordem social constituída a partir de um padrão de organização e de cultura responsáveis pela sedimentação de uma dada identidade nacional.

Gerth e Mills em *Character and social structure* afirmam que toda mudança social deve ser pensada em termos de alteração maior ou menor no âmbito econômico, político, social e cultural. É verdade que tais modificações podem-se dar, às vezes, em diferentes escalas e, em uma ou outra destas esferas, mas o seu entendimento implica, sempre, não tomar a história como unilinear. A integração, por exemplo, que é uma modalidade de mudança, não se explica somente pelo sistema de idéias e valores culturalmente arraigados em uma população, mas também pela estrutura de poder e de apropriação (GERTH e MILLS, 1954, p.375).

Tendo como ponto de partida esta perspectiva pode-se afirmar que em Freyre há uma teoria da conservação que norteia a sua concepção de mudança, pois sua constante preocupação era com a não-alteração dos fundamentos constituidores da ordem social e do sistema de idéias e valores que a mantinha como tal. A idealização do presente e do passado fazia com que ele, diante da pobreza, não questionasse as estratégias de poder e de apropriação, alegando que o nosso ideal de felicidade não era somente material. Reconhece-se que ele estava alfinetando os Estados Unidos como uma sociedade essencialmente materialista, mas é preciso considerar que ele acabava por tangenciar o problema de nossas possibilidades de rompimento com a exclusão econômica, por exemplo.

Seguindo a indicação de Gerth e Mills torna-se elucidativo indagar: O que muda para Freyre? Como muda? Em que direção? E por quê? (GERTH e MILLS, 1954) O padrão cultural que era o núcleo de nosso padrão de organização e de domínio era, para ele, imutável. As modificações tinham sido operadas, e deviam continuar sendo, como um modo de acomodação das conjunturas que se iam alterando a partir da conciliação, da neutralização e não do embate entre as forças sociais.

Percorrendo-se as obras *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e progresso*, as quais são as sistematizadoras de sua concepção de mudança social, percebe-se que a tradição cultural é imutável tendo-se em vista que é ela o fundamento da unidade nacional. Sem alterar esta última, teriam ocorrido, no Brasil, modificações no padrão de domínio e de organização. No primeiro caso pode-se citar o declínio do patriarcalismo e, no segundo, a ascensão de uma sociedade não pautada no trabalho escravo. Em ambos a predominância de nossa formação era absolutamente visível (FREYRE, 1961, p.54).

O sistema patriarcal teria sido historicamente o ordenador de nossa unidade e, portanto, o irradiador do modo de operar as nossas mudanças através da incorporação e da acomodação. Através do amolecimento dos antagonismos e do encurtamento das distâncias sociais ter-se-iam criado novos tipos sociais de homens que engendraram modificações no padrão de organização. No entanto, os novos agentes estariam sempre impregnados de um padrão de cultura definidor, por ajustamento, de tal processo.

A direção da mudança ia sempre, para ele, no sentido do não-rompimento, ou seja, o declínio do patriarcalismo levou consigo o predomínio da família tutelar enquanto energia geradora de um dado padrão de domínio, mas a sobrevivência daquela última poderia estar eternizada, de modos diferentes, no interior da vida política do brasileiro (FREYRE, 1961, p.71).

A mudança, no Brasil, ter-se-ia dado sempre em direção a uma situação pior, para Freyre. Sua concepção é construída sobre um enorme saudosismo de um mundo que se esvaiu naquilo que, supostamente, ele tinha de melhor. Em *sobrados e mucambos* ele argumentava que no final da era imperial, a indústria e o comércio foram se impondo, mas as relações que se estabeleciam continuavam impregnadas dos valores do mundo agrário. A partir de meados do século XIX emergia uma nova organização social que se apropria de alguns traços do modo de organização do passado, em termos de valores e de cultura, mas uma apropria-

ação que perdeu o lado doce e benevolente do patriarcalismo e do familismo (FREYRE, 1961, p.282).

Há uma passagem na obra *Ordem e progresso* que sintetiza o modo de Freyre explicar a direção das mudanças que ocorreram no país. O patriarcalismo, argumentava ele, oficialmente teria morrido com a república, mas sociologicamente não foi o que ocorreu pois sua sobrevivência era visível pelo século XX a fora. Teria ocorrido um processo de acomodação às condições sociais que passam a vigorar. A industrialização que é um fenômeno decisivamente antipatriarcal se ajustou, no país, aos remanescentes daquela ordem (FREYRE, 1962, p. 48).

Discutindo a morfologia do conservadorismo, Mannheim argumenta que um elemento fundamental deste estilo de pensamento é o modo de atribuição de significados aos acontecimentos presentes, sempre procurando ajustá-los ao passado numa espécie de arredondamento e de ajustamento “à situação social. A peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente. Os conservadores, no entanto, vêem todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva” (MANNHEIM, 1981, p.121).

As suas tentativas de interpretação do presente feitas na entrevista publicada em *Ciência Hoje*, em 1985, bem como naquelas veiculadas pela grande imprensa como a Revista *Veja* entre 1970 e 1972, estavam permeadas destes elementos apontados por Mannheim.

Quando a ARENA solicitou a FREYRE e a alguns outros intelectuais,¹⁵ no início dos anos 70, um assessoramento tendo em vista que aquele partido pretendia reformular o seu programa, este documento foi bastante incisivo no sentido de sugerir que todas as modificações deveriam ser feitas a partir das “concretas realidades psicossociais e sócio-culturais” levando-se em conta, de modo consciente, os valores arraigados na população brasileira (FREYRE, et al., 1972, p.16).

Freyre entendia que toda mudança social deveria dar relevo aos valores tradicionais. Em *O movimento regionalista, tradicionalista*

¹⁵ No grupo estavam o sociólogo Renato Carneiro Campos, o historiador Nilo Pereira, o economista Sérgio Guerra e o jurista Syleno Ribeiro.

e, a seu modo, *modernista do recife* (FREYRE, 1976, p.15), ele argumentava que o papel de todo processo de transição era encontrar novas formas de rein-terpretar a cultura brasileira e os nossos motivos e atitudes singularizados pela formação de nossa identidade nacional. A idéia de conservação ganhava, em sua perspectiva, centralidade, pois alinhavava toda sua análise.

Nos anos 60 e 70 ele continuava reafirmando a tese defendida em *Casa grande & senzala* de que existiam elementos não-palpáveis e definidores de uma identidade cultural preexistente a nossa organização política. Por isso não havia possibilidade de falar em mudança social, somente a partir daquela última.

O passado era pensado seletivamente, por Freyre, em suas discussões sobre as diversas transições já ocorridas na sociedade brasileira. Ele sugeria, em *Estácio Coimbra: homem representativo de seu tempo* (FREYRE, 1973, p.15) que fosse pensado, deste mesmo modo, também, todas as vindouras. O passado pernicioso poderia ser descartado. Dever-se-ia operar somente com o passado útil ou utilizável. Este, por sua vez, era reconstruído, por ele, sempre em termos de enaltecimento de capacidades e virtudes pessoais como uma fórmula de diferenciar alguns indivíduos, da multidão, do povo em geral.¹⁶

Mesmo descrente das instituições democráticas o documento encabeçado por Freyre, na década de 1970, se reportava a elas como uma forma de exaltar a cultura política aqui sedimentada. As instituições tinham que ser “entendidas dentro de um sentimento novo: despojadas de balofas idéias liberais,¹⁷ mas baseadas no respeito àquele sentimento de liberdade, àquele apreço à diversidade, àquele pendor para a tolerância tão de nossas tradições”¹⁸ (FREYRE, et al., 1972, p.16).

¹⁶ O reconhecimento do mérito individual como fator importante das mudanças ocorridas no país, no século passado, é um dado fundamental do livro *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. (FREYRE, 1977).

¹⁷ “O liberal não é carne nem peixe. Não resolve nada porque foge das soluções. Eu sou um revolucionário conservador. Acho que a sociedade brasileira tem coisas que devem ser mantidas e outras que devem ser viradas de cabeça para baixo.” (FREYRE, 1972a, p.45).

¹⁸ Mannheim diferencia tradicionalismo e conservadorismo. Aquele primeiro “significa uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais. (...) A palavra ‘tradicionalista’ designa, em maior grau ou menor, a característica psicológica formal de toda mente individual. (...) O conservadorismo é exatamente uma tal configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. As pessoas conhecem e agem de modo ‘conservador’ (distinto de um modo simplesmente tradicional), na medida em que, e somente na medida

Azevedo afirma em *Máscaras e retratos* que Freyre volta-se “sempre para o passado com uma espécie de nostalgia, e tem nessa atmosfera de coisas antigas, a sua principal fonte de inspiração. Não é possível certamente voltar as costas ao passado, — pois há uma continuidade entre o passado e o presente; — mas, se ‘em grande parte, com a tradição que aprendemos, não é com ela que criamos’” (AZEVEDO, 1962, p.194).

Se em 1985, em entrevista citada anteriormente, ele fazia uma leve crítica aos militares que tinham se entregado totalmente aos tecnocratas, em 1972 ele fazia questão de se definir como perfeitamente identificado com o governo e que o AI-5 teria sido uma necessidade no combate às forças que se agrupavam contra o regime. “Eu tenho simpatia pela Arena porque apóio o governo e acho que o presidente Emílio Garrastazu Médici está conduzindo os destinos do país com arrojo e dignidade” (FREYRE, 1972a, p.50). Sempre fiel ao pensamento conservador ele se apegava a “um conjunto concreto de circunstâncias” (MANNHEIM, 1981, p.102) para justificar a sua atitude favorável às medidas ditatoriais.

A análise do passado e do presente indicava, segundo Freyre, uma impossibilidade de realizar, no país, alterações significativas através da esfera política somente. As eleições, por exemplo, nada resolveriam, segundo ele. Era preciso sim criar laços de solidariedade entre as diversas forças sociais de modo a desmontar qualquer antagonismo entre elas, pois a nossa história teria sido feita sobre a busca de equilíbrio e não de radicalidade. Se o ideário progressista se nutre, como afirmou Mannheim, de sua consciência da possibilidade, o sistema de idéias e valores conservador se alimenta da busca de elementos que levam ao seu controle (MANNHEIM, 1981, p.112).

Precisamos de uma mistura de autoritarismo com democracia. Durante o Império, a autoridade foi consagrada no exercício do poder moderador, que é uma invenção brasileira. O imperador tinha o direito indiscutível de interferir com sua autoridade sempre que as disputas entre as facções pu-

em que, se incorporam a uma dessas fases de desenvolvimento dessa estrutural mental objetiva, (...) e se comportam em termos de tal estrutura, simplesmente reproduzindo-a no total ou em parte ou desenvolvendo-a mais além por adaptação a situações concretas e particulares. (...) O comportamento tradicionalista é quase que totalmente reativo. O comportamento conservador é significativo, e é ainda mais significativo em relação às circunstâncias que mudam de época para época. (...) O conservadorismo (...) pode incluir elementos tradicionais em seu bojo.” (MANNHEIM, 1986, p.101, 105-6).

dessem levar a impasses que prejudicassem a vida do país. Em 1964, não tínhamos nem a coroa nem o poder moderador e a autoridade foi posta em perigo mortal. Agora, com a revolução, a moderação está sendo exercida pelas Forças Armadas com o Executivo forte (FREYRE, 1972, p.46).

O Exército era para ele, o único que poderia resolver a crise de autoridade que assolava o país antes do golpe. A instalação de um presidencialismo monárquico após 1964 se amparava no nosso passado político e guardava, com ele, estreita ligação. Pois se a monarquia tinha sido uma necessidade tendo em vista a tenuidade dos partidos, dos políticos e da própria democracia, o regime militar também o era pelas mesmas razões (FREYRE, 1970, p.4).

Referências bibliográficas

ANDRADE, M.C. de. Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30. *Revista USP*, São Paulo, n. 38, p. 39-47, jun./ago. 1998.

AZEVEDO, F. de. Gilberto Freyre e a cultura brasileira. In: *Máscaras e retratos*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

BASTOS, E. R. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. 1986. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BASTOS, E. R. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, R.; ANTUNES, R; FERRANTE, V. B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986a.

FERRANTE, V. B. Iberismo na obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, São Paulo, n.38, p.49-57, jun./ago. 1998.

CÂNDIDO, A. Aquele Gilberto. In: *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.82.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

FREYRE, G. Entrevista. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, p.83-7, maio/jun. 1985.

- FREYRE, G. *Insurgências e ressurgências atuais: cruzamentos de sins e não's num mundo em transição*. Porto Alegre: Globo, 1983.
- FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962, T.1 e 2.
- FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.
- FREYRE, G. *Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- FREYRE, G. *Manifesto regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista do Recife*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976. Série Documentos, n. 6.
- FREYRE, G. *Estácio Coimbra: homem representativo de seu meio e do seu tempo*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1973.
- FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- FREYRE, G. *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- FREYRE, G. *Realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch/Finame, 1980. Coleção Educação é cultura, v.1.
- FREYRE, G. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- FREYRE, G. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1977.
- FREYRE, G. *Brasis, Brasil, Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- FREYRE, G. et. al. Sábios e políticos. *Veja*, São Paulo, n.194, p.16, 24 maio 1972.
- FREYRE, G. O fiel do poder moderador. *Veja*, n. 198, p.40-50, 21 jun. 1972a. São Paulo: Abril.

FREYRE, G. Se fosse jovem, seria hippie. *Veja*, São Paulo, n.84, p.3-6, 15 abr. 1970.

GERTH, H. e MILLS, W. *Character and social structure*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1954.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.77-131.

MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

MELO, E. C. de. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 abr. 1998. Caderno n. 5, p.9.

MONTENEGRO, O. Introdução. In: FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947, p.15-33.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos deputados, 1982, p. 513.

REZENDE, M. J. de. A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. *Plural*, S. Paulo, v. 3, p.14-48, 1º sem. 1996.

REZENDE, M. J. de. *A ESG e o seu papel na articulação de uma estratégia psicossocial. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964/1984*. 1996. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, L., O. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “caso da Itabira Iron”. In: LORENZO, H. C. e COSTA, W, P. da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 15-35.

VILLAS BÔAS, G. O tempo da casa grande. *Dados*, Rio de Janeiro, v.31, n. 3, p.343-355, 1988.